



# IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A

(“Companhia”)  
CNPJ nº 15.111.975/0001-64 - NIRE 35.300.470.001

## Relatório da administração

Em atendimento à Resolução do Banco Central do Brasil nº 2 artigo 14º, a Iugu Instituição de Pagamento S.A. apresenta as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as informações do resultado representadas abaixo encontram-se nas demonstrações contábeis, de forma consolidada, além de informações gerenciais internas adicionadas no Relatório da Administração para dar mais contexto a respeito do negócio.

### Sobre a Iugu e Quem somos

A Iugu é uma empresa de tecnologia especializada em infraestrutura financeira, oferecendo um ecossistema completo e robusto para a automação de pagamentos e gestão financeira. Com APIs altamente escaláveis e um atendimento consultivo, a Iugu proporciona soluções que permitem empresas de diferentes portes estruturar operações financeiras inteligentes, automatizadas e eficientes de ponta a ponta. Fundada em 2012, a Iugu contava com uma equipe de 254 colaboradores ao final de 2024 e gerencia mais de 130 mil contas ativas em diversos segmentos, incluindo desenvolvedores de software, clubes de assinatura, administradores de condomínios, instituições de ensino, empresas contábeis, academias, e-commerces e ERPs. Em 2020, a empresa captou R\$120 milhões em investimentos numa rodada série B liderada pelo banco Goldman Sachs e obteve a licença do Banco Central para atuar como Instituição de Pagamentos regulamentada no Brasil, consolidando-se como uma referência no setor de tecnologia financeira.

### Time e Cultura

A Iugu tem evoluído como organização, mantendo sua essência desde a fundação: a crença de que a conexão humana potencializa a tecnologia - o que chamamos internamente de Soul & Tech. Com tantas transformações, nossa cultura se tornou uma combinação de legados, fortalecida pelo lançamento da versão 2.0 do nosso Guia de Cultura e o Lídera: o jeito Iugu de liderar. Mais do que documentos, eles orientam comportamentos esperados, conectando estratégias e conexões diárias. Nosso foco sempre no fortalecimento de iniciativas de reconhecimento e desenvolvimento, alinhando cultura, desempenho e bem-estar. Um dos principais desafios será a transição da estrutura funcional para a matricial, exigindo uma revisão completa dos processos para garantir mais agilidade, colaboração e alinhamento estratégico. Esse movimento será acompanhado de ações de capacitação e comunicação para preparar nossos líderes e equipes para essa nova dinâmica. Seguimos

comprometidos em construir uma empresa mais ágil, conectada e preparada para os desafios do futuro.

### Sustentabilidade

#### Certificação B Corp

Em março de 2025, a Iugu recebeu a certificação B Corp, um reconhecimento global que realinha nosso compromisso com os mais altos padrões de desempenho social, ambiental, transparência e responsabilidade corporativa. Essa conquista demonstra que não estamos apenas focados em crescimento econômico, mas também em gerar impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente. Ser uma empresa B Corp significa que integramos práticas sustentáveis e éticas em nossa governança, garantindo que nossas operações beneficiem clientes, colaboradores, parceiros e a comunidade. Esse reconhecimento fortalece nossa reputação, aumenta a confiança dos *stakeholders* e realinha nossa missão de promover um modelo de negócios mais justo, inovador e sustentável.

#### Facilites

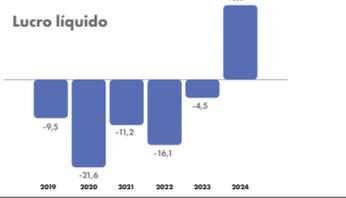
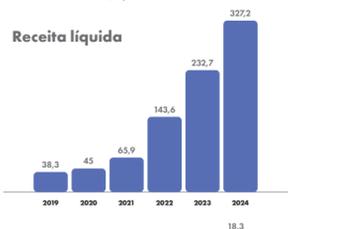
A Iugu realinha seu compromisso com a eficiência operacional e a sustentabilidade, aprimorando continuamente seus processos para otimizar o uso de recursos naturais e reduzir a emissão de CO<sub>2</sub>. Eficiência energética: Reduzimos em 38% os custos com energia, apesar do aumento de 8% no consumo em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado foi possível graças à parceria com fornecedores alinhados ao REC Standard (*Renewable Energy Certificate Standard*), garantindo o uso de energia renovável.

Gestão de resíduos: Coletamos cerca de 1,4 toneladas de resíduos por semestre, dos quais 72% são reciclados ou reutilizados, reforçando nosso compromisso com a economia circular e o descarte responsável. Gestão de carbono: Implementamos o *Carbon Accounting Report* (Escopo 1 & 2), registrando uma emissão total de 3,66 kgCO<sub>2</sub>e, conforme a metodologia do *WRI Greenhouse Gas Protocol*. Além disso, seguimos empenhados em nossa meta de neutralidade de emissões (*Net-Zero*), por meio da aquisição de créditos de remoção de carbono.

Desempenho: A companhia encerrou o exercício de 2024 com receita líquida de R\$ 327,3, incluindo a receita de antecipação e receita de *float*. Esta receita foi 41% acima do mesmo período do ano passado, o que representou um aumento de 8,5 vezes sobre a receita do ano de 2019. O volume total processado (TPV) passou os R\$81 bilhões,

um crescimento de 131% contra 2023, com a plataforma operando mais de 1,5 bilhões de transações de pagamento no mesmo período. A companhia mantém sua estratégia de crescimento com lucratividade, garantindo pela primeira vez em sua história um lucro líquido positivo no período, que somou R\$18,3 milhões.

Figura 1 - Evolução da receita líquida, incluindo a receita de antecipação e receita de *float*.



| Balço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais) |                  |                  |                  |  |
|---|------------------|------------------|------------------|--|
| Ativo   | Nota explicativa | 31/12/2024       | 31/12/2023       |  |
| <b>Circulante</b>   |                  |                  |                  |  |
| Caixa equivalentes de caixa   | 4                | 6.633            | 1.457            |  |
| Disponibilidades  |                  | 6.633            | 1.457            |  |
| Relações interfinanceiras   | 5                | 601.341          | 213.655          |  |
| Instrumentos financeiros  | 6                | 29.114           | 174.834          |  |
| Contas a receber  | 7                | 837.664          | 658.923          |  |
| Perdas esperadas associada ao risco de crédito  | 7                | (49.049)         | (23.474)         |  |
| Impostos a recuperar  | 8                | 1.497            | 6.446            |  |
| Outros ativos   | 9                | 9.536            | 10.436           |  |
|   |                  | <b>1.436.736</b> | <b>1.042.177</b> |  |
| <b>Realizável a longo prazo e Permanente</b>  |                  |                  |                  |  |
| IRPJ/CSSL diferido  | 10               | 43.191           | 39.578           |  |
| Imobilizado de uso  | 11               | 9.591            | 4.546            |  |
| Depreciação   | 12               | (6.099)          | (4.546)          |  |
| Intangível  | 12               | 34.798           | 33.238           |  |
| Amortização   | 12               | (18.864)         | (12.273)         |  |
|   |                  | <b>62.507</b>    | <b>65.513</b>    |  |
| <b>Ativo</b>  |                  | <b>1.499.243</b> | <b>1.107.690</b> |  |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Iugu Instituição de Pagamento S.A. (“Iugu” ou “Companhia”), sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Torre A, TNU - 16º e 17º andares - Brooklin Paulista - São Paulo - SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2012, com o objetivo de ser uma facilitadora de pagamentos, fornecendo uma plataforma de automação financeira que ofereça toda a tecnologia e o suporte necessários para estruturar uma operação financeira inteligente, auto-atendimento e eficiente de ponta a ponta. Atualmente a Iugu, por meio de sua plataforma, oferece a seus clientes diferentes meios de pagamento tais como: boleto bancário, cartão de crédito, TED e PIX. Os serviços de Iugu agregado oferecidos pela Iugu compreendem: cobranças recorrentes, split de pagamentos, conciliação e automação financeira, emissão e gestão de faturas, pagamento de contas, entre outros. Em atendimento à Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri. Em 26 de agosto de 2020, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil (“Bacen”) para funcionar como instituição de pagamento (“IP”), no âmbito do emissor de moeda eletrônica de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. Em 3 de dezembro de 2023, a Iugu concluiu a emissão da série II do FIDC - IUGU I UR - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis, com captação total de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), entre conta sênior e subordinada. O valor será utilizado para aumentar a capacidade da Companhia nas antecipações de recebíveis de cartão de crédito de seus clientes. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) as quais levam em consideração as regras contábeis na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - (CMN) e do Bacen, denominadas em conjunto “COSIF”, quando aplicáveis. Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central: • CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativo aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; • CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.910/2021; • CPC 04 (R1) - Ativo Intangível aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; • CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009 e atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020; • CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; • CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; • CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.818/2020; • CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; • CPC 27 (R1) - Ativos imobilizados aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; • CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020; • CPC 31 - Resultado por ação aprovado pela Resolução CMN nº 3.969/2019 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.935/2021; • CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; e • CPC 47 - Receita de Contato de Cliente aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21. Ainda em atendimento à esta resolução que exige evidenciamento na apresentação das notas explicativas as demonstrações contábeis dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, divulgamos que não houve impacto no recorrente observado no resultado da Companhia durante o ano de 2024. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2025. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas na aplicação de políticas contábeis, incluindo, mas não se limitando a: (i) reconhecimento de receitas e despesas; Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem perdas esperadas associadas ao risco de crédito, riscos decorrentes de passivos contingentes, realização do imposto fiscal diferido e valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia revisa constantemente as estimativas e premissas. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e, assim, as quais não consistem em ajustes de natureza utilizada para a administração da sua gestão. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (i) Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período sendo apresentados no ativo circulante independentemente do seu vencimento. (ii) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. (iii) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A Companhia não possui títulos classificados nas categorias descritas nos itens (i) e (iii). Não houve reclassificações entre categorias no período. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13. **3.3. Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC-46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias: Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; Nível II: Inputs iniciais no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referências de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas. A divulgação da tabela com a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos encontra-se na nota explicativa 2.2. **3.4. Contas a receber:** Corresponde principalmente aos valores a receber das aquisições resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão na plataforma da Iugu, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia. Este grupo é composto também pelo contas a receber de clientes decorrente da cobrança das mensalidades e serviços pela utilização da plataforma. Os montantes a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Como parte do curso normal das atividades, a Iugu está exposta ao risco de perdas associadas a chargebacks sobre transações on-line, eventualmente, o cliente não possui saldo disponível em suas contas para reembolso e o parceiro, o que inclui transações anteriormente antecipadas por seus clientes. A Iugu constitui provisão para 100% dos chargebacks com tal característica. Adicionalmente, a Companhia realizou estudo sobre o percentual de perdas esperadas baseando-se no histórico de perdas efetivas dos últimos 12 meses. O resultado deste estudo é aplicado sobre o montante total a receber das adquirentes e provisionado no resultado da Companhia. **3.5. Impostos a recuperar:** São registrados mediante resgate das aplicações financeiras e saldo negativo não compensado no próprio exercício ou quais serão compensados com saldos a pagar de tributos federais. **3.6. Imobilização de uso:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou saldos deduzidos de perdas esperadas de depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer custo tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e reconhecidos em despesas recorrentes e despesas operacionais, líquido da demonstração do resultado. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis correspondem

aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto principalmente por: (i) Direitos de carteira de clientes, (ii) Direitos de uso, (iii) Softwares adquiridos; e (iv) intangível desenvolvido internamente. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear de acordo com sua vida útil estimada. Os ativos de direito de uso são amortizados de acordo com o prazo estipulado em contrato. **3.8. Depósitos:** O saldo de depósitos representa as contas de pagamento de clientes da Iugu, meio pela qual a Companhia disponibiliza os recursos de direito de seus clientes. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos ou tarifas de transação, conforme Resolução BCB nº 8/2021, Art. 22. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. **3.10. Cessão de recebíveis:** A Companhia efetua cessões de crédito com caixa próprio e por meio do IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis (“FIDC”), o qual possui participação de 5% em cotas subordinadas júnior, de acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações sem transferência substancial dos riscos e benefícios. Nas antecipações junto ao FIDC, o próprio fundo realiza a cessão junto aos clientes Iugu e a Companhia atua como representante dos cedentes e agente de liquidação. A remuneração da Iugu se dá pela valorização de suas cotas subordinadas júnior. **3.11. Obrigações por transações de pagamento:** As obrigações por transações de pagamento referem-se principalmente a valores a pagar aos clientes mediante a vendas feitas a prazo. Os valores são transferidos para as contas Iugu à medida que a agenda de vendas a prazo se cumpre. **3.12. Provisões para contingências:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. As provisões são registradas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração, sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do período, conforme descrito em nota explicativa nº 17. **3.13. Outros ativos e passivos circulantes:** Outros ativos e passivos são registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e eventuais encargos incorridos até a data do balanço. **3.14. Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço. **3.15. Receita de intermediação financeira:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente, sendo majoritariamente em um momento específico no tempo (*point in time*). Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita pela prestação de serviços refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto, sendo aprovado no resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse às adquirentes, na data do processamento das transações. A Companhia considera que o serviço é cumprido quando a totalidade de transações capturadas possui um retorno de autorização ou não das adquirentes, com alta disponibilidade de SLA (*Service Level Agreement*) de serviços. Sendo assim, a receita é reconhecida na data do processamento das transações, conforme tabela negociada com cada cliente no momento da contratação dos serviços. **3.16. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de operações financeiras, receitas de juros e os descontos obtidos sobre o lucro é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras. **3.17. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia aplica e recolhe o seu Imposto de Renda no critério de lucro real anual à alíquota de 15%, acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. Para a Contribuição Social a alíquota é de 9%. Com o ativo a despesa com imposto de renda e contribuição social compreenderá os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente será o imposto a pagar calculado sobre o lucro e reconhecido no resultado, as alíquotas são aplicadas sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A Companhia realizou o estudo e avaliação quanto à realização dos créditos tributários, estimativas de lucros e compensação de prejuízo fiscal e base negativa, enquadrada no artigo 4º da Resolução BCB nº 15/2020. **3.18. Redução do valor recuperável:** Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável. **3.19. Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços. **3.20. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. **3.21. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros:** Mencionamos abaixo as normas, alterações e interpretações de normas que são aplicáveis à Companhia, com impactos futuros à data-base da demonstração financeira em questão. São elas: a Resolução BCB nº 352/23 (4.966/21) - a Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais. A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciamento de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas. Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 foram estudadas pela Companhia tendo em seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência. A transição para a Resolução BCB nº 352/23, segundo melhores estimativas, acarretou impactos materiais para a Companhia, tendo em vista, principalmente, que a Companhia não possui operações de crédito ou de hedge. Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório.

### Demonstração do Resultado

| Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais) |                  |                 |                 |                       |
|--|------------------|-----------------|-----------------|-----------------------|
|  | Nota explicativa | 2º sem. 2024    | 31/12/2024      | Exercícios 31/12/2023 |
| <b>Receita de intermediação financeira</b>   |                  |                 |                 |                       |
| Receitas financeiras   | 21.1             | 133.909         | 243.239         | 161.646               |
| Custo dos serviços prestados   | 21.2             | (61.654)        | (118.769)       | (77.135)              |
| <b>Lucro bruto</b>   |                  | <b>72.255</b>   | <b>124.470</b>  | <b>84.511</b>         |
| Despesas de pessoal e encargos   | 21.2             | (35.939)        | (76.239)        | (72.922)              |
| Despesas gerais e administrativas  | 21.2             | (25.144)        | (47.098)        | (39.941)              |
| Provisões operacionais   | 21.2             | (20.530)        | (26.146)        | (8.721)               |
| Outras receitas e despesas operacionais, líquidas  | 21.2             | (10.195)        | (10.464)        | 4.192                 |
| <b>Resultado operacional</b>   |                  | <b>(19.553)</b> | <b>(35.477)</b> | <b>(32.881)</b>       |
| Receitas financeiras   |                  | 42.946          | 73.899          | 43.732                |
| Despesas financeiras   |                  | (8.932)         | (14.845)        | (16.451)              |
| <b>Resultado líquido, líquido</b>  |                  | <b>21.3</b>     | <b>34.014</b>   | <b>59.054</b>         |
| <b>Lucro (Prejuízo) antes dos impostos</b>   |                  | <b>14.461</b>   | <b>23.577</b>   | <b>(5.600)</b>        |
| IRPJ/CSSL corrente   |                  | (5.978)         | (9.679)         | (6.07)                |
| IRPJ/CSSL diferido   | 10               | 4.659           | 4.374           | 1.655                 |
| <b>Lucro (Prejuízo) do semestre / exercício</b>  |                  | <b>13.142</b>   | <b>18.272</b>   | <b>(4.552)</b>        |
| <b>Lucro (Prejuízo) por ação</b>   |                  | <b>8,66</b>     | <b>12,04</b>    | <b>(3,00)</b>         |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

### Demonstração do Resultado Abrangente

| Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais) |               |               |                |                       |
|--|---------------|---------------|----------------|-----------------------|
|  | 2º sem. 2024  | 31/12/2024    | 31/12/2023     | Exercícios 31/12/2023 |
| <b>Lucro (Prejuízo) do semestre / exercício</b>  | <b>13.142</b> | <b>18.272</b> | <b>(4.552)</b> |                       |
| Outros resultados abrangentes  | -             | -             | -              | -                     |
| <b>Resultado abrangente do semestre/exercício</b>  | <b>13.142</b> | <b>18.272</b> | <b>(4.552)</b> |                       |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

### Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

#### Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

|   | Capital social | Prejuízo acumulado | Total         |
|---|----------------|--------------------|---------------|
| <b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>  | <b>129.763</b> | <b>(73.207)</b>    | <b>56.556</b> |
| Prejuízo do exercício                   | -              | (4.552)            | (4.552)       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> | <b>129.763</b> | <b>(77.759)</b>    | <b>52.004</b> |
| <b>Saldos em 1º de julho de 2024</b>    | <b>129.763</b> | <b>(72.629)</b>    | <b>57.134</b> |
| Lucro do semestre                       | -              | 13.142             | 13.142        |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>129.763</b> | <b>(59.487)</b>    | <b>70.276</b> |
| <b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>  | <b>129.763</b> | <b>(77.759)</b>    | <b>52.004</b> |
| Lucro do exercício                      | -              | 18.272             | 18.272        |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>129.763</b> | <b>(59.487)</b>    | <b>70.276</b> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

| Títulos para negociação                 | Faixas de vencimento |                |                 |                  |                   |          |
|---|----------------------|----------------|-----------------|------------------|-------------------|----------|
|   | Até 3 meses          | De 4 a 6 meses | De 7 a 12 meses | De 12 a 12 meses | Acima de 12 meses |          |
| Letras financeiras do tesouro (*)       | 443                  | 443            | -               | -                | -                 | -        |
| FIDC - Cota subordinada (**)            | 22.756               | -              | -               | -                | -                 | 22.756   |
| Certificados de depósitos bancários (*) | 5.915                | 87             | -               | -                | 5.828             | -        |
|   | <b>29.114</b>        | <b>530</b>     | <b>-</b>        | <b>-</b>         | <b>28.584</b>     | <b>-</b> |

| Títulos para negociação                 | Faixas de vencimento |                |                 |                  |                   |          |
|---|----------------------|----------------|-----------------|------------------|-------------------|----------|
|   | Até 3 meses          | De 4 a 6 meses | De 7 a 12 meses | De 12 a 12 meses | Acima de 12 meses |          |
| Letras financeiras do tesouro (*)       | 145.950              | 145.950        | -               | -                | -                 | -        |
| FIDC - Cota subordinada (**)            | 16.226               | -              | -               | -                | -                 | 16.226   |
| Certificados de depósitos bancários (*) | 12.658               | 5.165          | -               | -                | 7.493             | -        |
|   | <b>174.834</b>       | <b>151.115</b> | <b>-</b>        | <b>-</b>         | <b>23.119</b>     | <b>-</b> |

(\*) Conforme determina a circular 3.068/01, para fins de publicação, os instrumentos financeiros classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento. (\*\*) Refere-se à participação de 5% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis. **7. Contas a receber:** A rubrica “Contas a receber”, registrada pelo valor de R\$ 788.615 (R\$ 635.349 em 31/12/2023), apresenta o total dos valores a receber de clientes e das adquirentes, descontadas das antecipações de recebíveis e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de chargeback.

|   | 31/12/2024     | 31/12/2023     |
|---|----------------|----------------|
| Recebíveis de adquirentes                       | 790.750        | 633.701        |
| Contas a receber de clientes                    | 5.963          | 4.269          |
| Valores a receber-Contas negativas              | 39.603         | 20.645         |
| Contas a receber outros                         | 1.348          | 208            |
| (-) PECLD de clientes (a)                       | (49.049)       | (23.474)       |
|   | <b>788.615</b> | <b>635.349</b> |
| Contas a receber                                | 837.664        | 658.923        |
| Perdas esperadas associadas ao risco de crédito | (49.049)       | (23.474)       |

|  | Direitos carteira clientes | Cessão de direitos de uso | Desenvolvimento da plataforma  | Licenças e direitos autorais e de uso | Implantação de software | Total          | Natureza |
|--|----------------------------|---------------------------|--|---------------------------------------|-------------------------|----------------|----------|
| <b>Em 01 de janeiro de 2023</b>  | 26.074                     | 16                        | 8.349  | 122                                   | 1.074                   | <b>35.635</b>  |          |
| <b>Custo</b>   |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |
| Adições  | -                          | -                         | -  | 922                                   | 45                      | <b>967</b>     |          |
| Baixas   | (9.795)                    | -                         | -  | -                                     | -                       | <b>(9.795)</b> |          |
| <b>Amortização</b>   |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |
| Adições  | (5.025)                    | (10)                      | (1.797)  | (957)                                 | (145)                   | <b>(7.934)</b> |          |
| Baixas   | 2.092                      | -                         | -  | -                                     | -                       | <b>2.092</b>   |          |
| <b>Em 31 de dezembro de 2023</b>   | <b>13.346</b>              | <b>6</b>                  | <b>6.552</b>   | <b>87</b>                             | <b>974</b>              | <b>20.965</b>  |          |
| <b>13. Depósitos:</b>  | <b>31/12/2024</b>          | <b>31/12/2023</b>         | A Companhia possui participação de 5% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis, o valor atualizado das cotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito em nota explicativa nº 6. O saldo a pagar ao FIDC no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 173.102 (R\$ 136.316 em 31 de dezembro de 2023) decorrentes das antecipações de recebíveis de cartões de crédito realizadas com os clientes. A Companhia não possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Em atendimento a Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância da Companhia é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri. Remuneração da Administração: A remuneração paga aos Administradores da Companhia até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 11.211 (R\$ 9.834 no exercício 2023). Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia ("phantom shares"), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 31 de dezembro de 2024 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente. |                                       |                         |                |          |
| Saldo de clientes disponível (a)   | 530.927                    | 290.132                   |  |                                       |                         |                |          |
|  | <b>530.927</b>             | <b>290.132</b>            |  |                                       |                         |                |          |
| (a) Saldo cliente disponível, refere-se ao saldo disponível na conta do cliente para livre movimentação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22.   |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |
| <b>14. Empréstimos:</b>  | <b>Vencimento</b>          | <b>31/12/2024</b>         | <b>31/12/2023</b>  |                                       |                         |                |          |
|  | 19/03/2024                 | -                         | 5.022  |                                       |                         |                |          |
|  | 28/10/2024                 | -                         | 4.303  |                                       |                         |                |          |
|  | 17/02/2025                 | 7.043                     | -  |                                       |                         |                |          |
|  | 16/06/2025                 | 5.025                     | -  |                                       |                         |                |          |
| Empréstimos (a)  | 28/02/2026                 | -                         | 14.464   |                                       |                         |                |          |
|  | 13/11/2026                 | 5.413                     | 7.056  |                                       |                         |                |          |
|  | 28/06/2027                 | 11.673                    | -  |                                       |                         |                |          |
|  |                            | <b>29.154</b>             | <b>30.845</b>  |                                       |                         |                |          |
| Circulante   |                            | 19.548                    | 18.340   |                                       |                         |                |          |
| Não Circulante   |                            | 9.606                     | 12.505   |                                       |                         |                |          |
|  |                            | <b>29.154</b>             | <b>30.845</b>  |                                       |                         |                |          |
| (a) Trata-se de empréstimos com bancos de primeira linha, onde a taxa média de juros é de CDI + 4,55% ao ano.  |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |
| <b>14.1 Movimentação dos empréstimos:</b>  | <b>31/12/2024</b>          | <b>31/12/2023</b>         |  |                                       |                         |                |          |
| Saldo inicial  | 30.845                     | 24.992                    |  |                                       |                         |                |          |
| Captação   | 12.000                     | 11.302                    |  |                                       |                         |                |          |
| Juros  | 4.836                      | 2.112                     |  |                                       |                         |                |          |
| Juros pagos  | (4.814)                    | (2.005)                   |  |                                       |                         |                |          |
| Pagamento de principal   | (13.713)                   | (5.556)                   |  |                                       |                         |                |          |
| <b>Saldo final</b>   | <b>29.154</b>              | <b>30.845</b>             |  |                                       |                         |                |          |
| <b>15. Tributos e contribuições sociais:</b>   | <b>31/12/2024</b>          | <b>31/12/2023</b>         |  |                                       |                         |                |          |
| IRPJ   | -                          | 358                       |  |                                       |                         |                |          |
| CSLL   | -                          | 131                       |  |                                       |                         |                |          |
|  | -                          | 489                       |  |                                       |                         |                |          |
| PIS  | 258                        | 337                       |  |                                       |                         |                |          |
| COFINS   | 1.346                      | 1.914                     |  |                                       |                         |                |          |
| ISS  | 464                        | 353                       |  |                                       |                         |                |          |
| INSS   | 2.109                      | 1.756                     |  |                                       |                         |                |          |
| FGTS   | 633                        | 529                       |  |                                       |                         |                |          |
| IRRF   | 1.286                      | 1.148                     |  |                                       |                         |                |          |
| Outros   | 200                        | 114                       |  |                                       |                         |                |          |
|  | 6.295                      | 6.151                     |  |                                       |                         |                |          |
|  | <b>6.295</b>               | <b>6.640</b>              |  |                                       |                         |                |          |
| <b>16. Obrigações por transações de pagamento:</b> Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidas da remuneração dos serviços prestados pela Companhia.   |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |
|  | <b>31/12/2024</b>          | <b>31/12/2023</b>         |  |                                       |                         |                |          |
| Saldo de clientes a liberar  | 660.215                    | 571.327                   |  |                                       |                         |                |          |
| Saldo a liberar - FIDC   | 173.102                    | 134.638                   |  |                                       |                         |                |          |
|  | <b>833.317</b>             | <b>705.965</b>            |  |                                       |                         |                |          |
| Todos os saldos de clientes a liberar serão disponibilizados de acordo com a agenda de recebimentos conforme demonstrado abaixo:   |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |
|  | <b>31/12/2024</b>          | <b>31/12/2023</b>         |  |                                       |                         |                |          |
| Até 30 dias  | 334.784                    | 297.589                   |  |                                       |                         |                |          |
| de 31 a 90 dias  | 210.514                    | 167.232                   |  |                                       |                         |                |          |
| de 91 a 120  | 69.831                     | 57.201                    |  |                                       |                         |                |          |
| de 121 a 180   | 100.840                    | 84.217                    |  |                                       |                         |                |          |
| de 181 a 360   | 117.348                    | 99.726                    |  |                                       |                         |                |          |
|  | <b>833.317</b>             | <b>705.965</b>            |  |                                       |                         |                |          |
| <b>17. Outros passivos:</b>  | <b>31/12/2024</b>          | <b>31/12/2023</b>         |  |                                       |                         |                |          |
| Provisão de bônus a pagar  | 8.800                      | 11.073                    |  |                                       |                         |                |          |
| Provisão de férias   | 3.698                      | 3.120                     |  |                                       |                         |                |          |
| Fornecedores nacionais   | 8.904                      | 6.450                     |  |                                       |                         |                |          |
| Fornecedores internacionais  | 832                        | 484                       |  |                                       |                         |                |          |
| FIDC   | 5.098                      | -                         |  |                                       |                         |                |          |
| Outros   | 416                        | 21                        |  |                                       |                         |                |          |
|  | <b>27.748</b>              | <b>21.148</b>             |  |                                       |                         |                |          |
| <b>18. Contingências:</b> O saldo de contingências em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.526 (R\$ 956 em 31 de dezembro de 2023) representa causas cíveis e tributárias classificadas como risco provável de perda pelos assessores externos e pelo jurídico interno da Companhia. Não temos processos trabalhistas.  |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |
| <b>Movimentação das contingências</b>  | <b>31/12/2024</b>          | <b>31/12/2023</b>         |  |                                       |                         |                |          |
| Saldo inicial  | 956                        | 741                       |  |                                       |                         |                |          |
| Provisão   | 570                        | 427                       |  |                                       |                         |                |          |
| Pagamentos   | -                          | (212)                     |  |                                       |                         |                |          |
| <b>Saldo final</b>   | <b>1.526</b>               | <b>956</b>                |  |                                       |                         |                |          |
| As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 27.363 (R\$ 10.952 em 31 de dezembro de 2023). Em sua maioria essas causas estão relacionadas com demandas feitas pelos titulares de cartões de crédito e versam sobre produtos não entregues ou serviços não prestados pelos estabelecimentos que, por sua vez, processam seus pagamentos com a Iugu. Essas causas não foram objeto de provisão nas demonstrações contábeis. <b>19. Transações com partes relacionadas:</b> Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. São consideradas partes relacionadas pessoas que têm influência significativa sobre a entidade que reporta a informação e o pessoal chave da administração. |                            |                           |  |                                       |                         |                |          |

|  | 2º semestre 2024                              | 31/12/2024  | 31/12/2023        | Instituição de Pagamento (PRIP) de conglomerado do Tipo 2, nos termos da Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, e de instituição de pagamento não integrante de conglomerado prudencial, e também sobre a metodologia de apuração desses requerimentos e a respectiva estrutura de gerenciamento contínuo de riscos. O demonstrativo de apuração do índice de Basileia da Companhia está demonstrado a seguir: |
|--|---|---|-------------------|---|
| <b>22. Política de gestão de riscos:</b> A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BACEN nº 198/22. A Companhia está comprometida com a criação e entrega de produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes. A gestão da empresa reconhece a importância de Conformidade em várias áreas, incluindo a qualidade dos produtos e serviços, seja na segurança no trabalho, proteção de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos. <b>Organização de Risco:</b> A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações. A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado. Para suportar essa estrutura de gerenciamento de riscos à Iugu possui a presente política, assim como: <b>Política de gestão de risco operacional;</b> <b>Política de gestão de risco de crédito;</b> <b>Política de gestão de risco de liquidez;</b> <b>Política de responsabilidade socioambiental;</b> <b>Política de continuidade de negócios (PCN);</b> <b>Política de gestão de crise;</b> e <b>Política do plano de contingência de liquidez (PCL).</b> <b>Metodologia de Risco:</b> A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização. Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem: <b>Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições à riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez;</b> <b>Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado;</b> <b>Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco;</b> <b>Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes;</b> <b>Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização;</b> <b>Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos.</b> <b>a) Risco de crédito:</b> Os procedimentos de gerenciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações corretivas em tempo hábil. A Companhia cumpre o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos: <b>Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos;</b> <b>Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e potenciais, tão logo sejam detectadas;</b> <b>Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito;</b> <b>Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa.</b> <b>b) Risco de liquidez:</b> E a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito. Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito. A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se: <b>Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;</b> <b>Estabelecimento de níveis de risco máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;</b> <b>Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;</b> <b>Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;</b> <b>Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais. Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais.</b> <b>c) Gestão Riscos e capital:</b> A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos. Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de |   |   |                   |   |
|  | (114)   | (196)   | (193)             |   |
| Juros passivos   | (7.647)                                       | (12.561)  | (15.321)          |   |
| Outras despesas financeiras  | (1.171)                                       | (2.088)   | (937)             |   |
| <b>Total de despesas financeiras</b>   | <b>(8.932)</b>                                | <b>(14.845)</b>                                     | <b>(16.451)</b>   |   |
| <b>22. Política de gestão de riscos:</b> A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BACEN nº 198/22. A Companhia está comprometida com a criação e entrega de produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes. A gestão da empresa reconhece a importância de Conformidade em várias áreas, incluindo a qualidade dos produtos e serviços, seja na segurança no trabalho, proteção de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos. <b>Organização de Risco:</b> A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações. A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado. Para suportar essa estrutura de gerenciamento de riscos à Iugu possui a presente política, assim como: <b>Política de gestão de risco operacional;</b> <b>Política de gestão de risco de crédito;</b> <b>Política de gestão de risco de liquidez;</b> <b>Política de responsabilidade socioambiental;</b> <b>Política de continuidade de negócios (PCN);</b> <b>Política de gestão de crise;</b> e <b>Política do plano de contingência de liquidez (PCL).</b> <b>Metodologia de Risco:</b> A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização. Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem: <b>Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições à riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez;</b> <b>Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado;</b> <b>Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco;</b> <b>Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes;</b> <b>Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização;</b> <b>Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos.</b> <b>a) Risco de crédito:</b> Os procedimentos de gerenciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações corretivas em tempo hábil. A Companhia cumpre o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos: <b>Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos;</b> <b>Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e potenciais, tão logo sejam detectadas;</b> <b>Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito;</b> <b>Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa.</b> <b>b) Risco de liquidez:</b> E a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito. Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito. A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se: <b>Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;</b> <b>Estabelecimento de níveis de risco máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;</b> <b>Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;</b> <b>Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;</b> <b>Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais. Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais.</b> <b>c) Gestão Riscos e capital:</b> A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos. Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de |   |   |                   |   |
|  | 1.019.740                                     | 1.019.740   | 1.019.740         |   |
|  | 498.253                                       | 498.253   | 498.253           |   |
|  | <b>1.517.993</b>                              | <b>1.517.993</b>                                    | <b>1.517.993</b>  |   |
| <b>21. Resultado: 21.1. Receita de intermediação financeira:</b>   | <b>2º semestre 2024</b>                       | <b>31/12/2024</b>                                   | <b>31/12/2023</b> |   |
|  | 150.681                                       | 273.657   | 181.555           |   |
| Receita bruta  | (2.435)                                       | (4.423)   | (2.889)           |   |
| (-) PIS sobre serviços   | (11.214)                                      | (20.370)  | (13.305)          |   |
| (-) COFINS sobre serviços  | (3.123)                                       | (5.625)   | (3.715)           |   |
| (-) ISS sobre serviços   | <b>133.909</b>                                | <b>243.239</b>                                      | <b>161.646</b>    |   |
| PIS - Programa de integração social  | 1,65%   |   |                   |   |
| COFINS - Contribuição para seguridade social   | 7,60%   |   |                   |   |
| ISS - Imposto sobre serviços   | 2,00% e 2,90%                                 |   |                   |   |
| <b>21.2. Despesas por natureza:</b> As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:  |   |   |                   |   |
| <b>Natureza</b>  | <b>2º semestre 2024</b>                       | <b>31/12/2024</b>                                   | <b>31/12/2023</b> |   |
| Tarifas de boletos e adquirentes   | (47.776)                                      | (98.577)  | (69.121)          |   |
| Salários   | (23.156)                                      | (51.637)  | (51.537)          |   |
| Outras provisões operacionais (a)  | (20.344)                                      | (25.640)  | (9.762)           |   |
| Encargos   | (7.353)                                       | (14.210)  | (12.117)          |   |
| Assessoria, auditoria interna e consultoria  | (12.088)                                      | (21.559)  | (19.194)          |   |
| Auditoria externa (b)  | (202)   | (341)   | (306)             |   |
| Benefícios   | (5.479)                                       | (10.499)  | (9.415)           |   |
| Marketing e propaganda   | (2.697)                                       | (5.089)   | (4.497)           |   |
| Aluguéis, condomínio, IPTU e energia   | (2.770)                                       | (5.549)   | (5.327)           |   |
| Outras receitas (despesas) operacionais (c)  | (19.123)                                      | (23.597)  | 719               |   |
| Custo processamento de dados   | (11.077)                                      | (19.489)  | (9.369)           |   |
| Depreciação e amortização  | (3.909)                                       | (8.225)   | (7.524)           |   |
| Impostos sobre importação de serviços  | (1.831)                                       | (3.503)   | (2.164)           |   |
| Tarifas de transferências  | -   | -   | (831)             |   |
| Telefonia e internet   | (361)   | (694)   | (451)             |   |
| Eventos e confraternizações  | (675)   | (807)   | (599)             |   |
| (-) PIS  | 993   | 2.011   | 1.261             |   |
| (-) COFINS   | 4.573   | 9.261   | 6.112             |   |
|  | <b>(153.462)</b>                              | <b>(278.716)</b>                                    | <b>(194.527)</b>  |   |
| Custo dos serviços prestados   | (61.654)                                      | (118.769)   | (77.135)          |   |
| Despesas de pessoal e encargos   | (35.939)                                      | (76.239)  | (72.922)          |   |
| Despesas gerais e administrativas  | (25.144)                                      | (47.098)  | (39.941)          |   |
| Provisões operacionais   | (20.530)                                      | (26.146)  | (8.721)           |   |
| Outras receitas e despesas operacionais, líquidas  | (10.195)                                      | (10.464)  | 4.192             |   |
|  | <b>(153.462)</b>                              | <b>(278.716)</b>                                    | <b>(194.527)</b>  |   |
| (a) O saldo mencionado refere-se às provisões para perdas operacionais constituídas pela Companhia no decorrer do exercício de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa 7. (b) O saldo em questão refere-se às despesas referente aos serviços de auditoria externa até 31 de dezembro de 2024. O valor total dos honorários contratados para o exercício de 2024 é de R\$ 262. (c) O saldo em análise refere-se, principalmente, à realização da baixa da provisão operacional, a qual se refere a valores com prazo superior a cinco anos.   |   |   |                   |   |
| <b>21.3. Resultado financeiro:</b>   | <b>2º semestre 2024</b>                       | <b>31/12/2024</b>                                   | <b>31/12/2023</b> |   |
| <b>Natureza</b>  | <b>28.769</b>                                 | <b>50.392</b>                                       | <b>32.854</b>     |   |
| Rendimento de aplicações financeiras   | 14.580  | 24.393  | 10.781            |   |
| Ajuste a valor de mercado - FIDC   | 854   | 1.538   | 1.348             |   |
| Cotas FIDC   | 579   | 1.025   | 224               |   |
| Outras receitas financeiras  | (257)   | (482)   | (206)             |   |
| (-) PIS não cumulativo   | (1.579)                                       | (2.967)   | (1.269)           |   |
| (-) COFINS não cumulativo  |   |   |                   |   |
| <b>Total de receitas financeiras</b>   | <b>42.946</b>                                 | <b>73.899</b>                                       | <b>43.732</b>     |   |
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>  |   |   |                   |   |
| elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas  |   |   |                   |   |
|  | Renato Fairbanks Ribeiro – Diretor Financeiro | Carolline Nascimento Ramos dos Santos – Controller  |                   |   |
|  | André Luiz Gonçalves – Diretor Financeiro     | Paulo Roberto Pereira da Silva – CRC: 1SP314516/O-1 |                   |   |

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Iugu Instituição de Pagamento S/A – São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Iugu Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iugu Instituição de Pagamento S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades